

O ENSINO DE GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ESCOLA ESTADUAL TARCÍSIO MAIA/PAU DOS FERROS-RN.

Adriana do Nascimento Feitosa
Graduada em Geografia pelo CGE/CAMEAM/UERN
adrianajoca@hotmail.com

Andria Carla Araújo da Silva
Professora Me do CGE/CAMEAM/UERN
andriacarla@hotmail.com

Resumo:

Esta pesquisa investigou o trabalho realizado sobre educação inclusiva e como se dá o ensino de Geografia diante da realidade da Escola Estadual Tarcísio Maia, Pau dos Ferros – RN. Isso se deu a partir dos dados que foram obtidos através da análise documental, dos procedimentos didático/pedagógicos adotados pelos professores desta disciplina para os alunos que não possuem deficiência juntamente com os que possuem necessidades especiais, da percepção do desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem desses alunos desta escola, e entrevistas levantadas para os docentes de Geografia, para a equipe pedagógica da escola e professores da sala multifuncional. Avaliamos a estrutura física disponível para os alunos especiais, identificamos se os docentes possuem habilitação, formação e recursos didático-pedagógicos adequados para a educação inclusiva, e analisamos o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem dos alunos portadores de necessidades especiais em Geografia, na referida instituição. Mediante isto, esta pesquisa tentou mostrar, ao que se referem à educação inclusiva nesta disciplina, quais as suas dificuldades, seus recursos didático/pedagógicos, a acessibilidade para os alunos portadores de necessidades especiais, e as suas possíveis condições de ensino da Geografia em detrimento à inclusão. Conforme podemos verificar o ensino da disciplina, nesta escola passa por várias dificuldades, e a inclusão nela comporta-se como um grande desafio para a mesma. Problemática esta que perpassa não só a disciplina de Geografia, como também todas as outras, mas ao que tange a educação em Geografia, percebemos que ela passa por inúmeras limitações e ainda é muito sensível ao que diz respeito à educação inclusiva.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Geografia. Necessidades especiais. Ensino. Escola.

THE TEACHING OF GEOGRAPHY AND INCLUSIVE EDUCATION: ESCOLA ESTADUAL TARCÍSIO MAIA/PAU DOS FERROS-RN.

Abstract:

This research investigated the work done about inclusive education and how is the teaching of geography in the face of reality of Escola Estadual Tarcísio Maia, Pau dos Ferros - RN. This was based on data that were obtained through the analysis of documents, procedures instructional / teaching adopted by teachers of this discipline for students who do not have disabilities with those

who have special needs, perception of the development of the teaching-learning process of these students of this school, and interviews raised for teachers of Geography, for the teaching staff of the school and the teachers multipurpose room. We evaluate the physical structure available to special students in the school, We have identified if teachers have habilitation, training and / or training courses and didactic-pedagogic resources suitable for inclusive education, and we analyze the development of the teaching-learning of students with special needs in Geography, in that institution. Through this, this research attempted to show, by referring to inclusive education in this discipline at the school, what their difficulties, their resources didactic / pedagogical, the accessibility to students with special needs and their possible conditions of teaching Geography at the expense of the inclusion. As we can see the teaching of discipline in this school goes through many difficulties, and the inclusion in it behaves like a challenge to it. Problematic stake permeates not only the discipline of geography, as well as all others, but when it comes to education in geography, we realized that it passes through numerous limitations and is still very sensitive with regard to Inclusive education.

Keywords: Inclusive education. Geography. Special needs. Teaching. School.

1 Introdução

Vivemos em um contexto social marcado por diversas lutas e mudanças, as quais podem ser de ordens tecnológicas, legislativas, entre outras, de onde existem seguimentos sociais que estão sempre em busca de sua emancipação e legitimidade, para sua melhoria de vida e inserção social. Em razão disto, torna-se notável os avanços das pessoas portadoras de deficiências, as quais são reconhecidas pelos princípios constitucionais que garantem seus direitos, seja no trabalho, na acessibilidade e principalmente no tocante à educação, ponto crucial desta pesquisa, pois é afirmado, através da Constituição de 1988, o direito e acesso à escola para todas as pessoas sem distinção de qualquer natureza.

Sendo assim, a presente pesquisa objetivou analisar os procedimentos didático/pedagógicos adotados pelos professores de Geografia no ensino desta disciplina para alunos com necessidades especiais e perceber o desenvolvimento ensino-aprendizagem desses alunos na Escola Estadual Tarcísio Maia, em Pau dos Ferros-RN. Procurou também avaliar a estrutura física disponível para os alunos especiais, no ensino de Geografia, identificar se os docentes possuem habilitação, formação e/ ou cursos de formação e recursos didático-pedagógicos adequados para a educação inclusiva, e analisar o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem dos alunos portadores de necessidades especiais em Geografia na Escola Estadual Tarcísio Maia, Pau dos Ferros, RN.

Nesse sentido, a pesquisa procurou contribuir com essa temática, investigando como o ensino de Geografia ocorre no processo de ensino/aprendizagem na perspectiva inclusiva do aluno, na Escola Estadual Tarcísio Maia, Pau dos Ferros/RN. Tendo em vista os procedimentos metodológicos adotados pela pesquisa que foram: levantamento bibliográfico e documental; entrevista aos docentes de Geografia responsáveis por turmas com alunos com deficiências (sala multifuncional); entrevista com os professores de Geografia da instituição; diagnóstico da estrutura física da instituição de ensino considerada área de estudo da pesquisa.

Para isso observa-se que o ensino de Geografia apresenta algumas limitações e fragilidades relacionadas à educação inclusiva, problemática essa que se constitui em desafio a ser enfrentado na formação e capacitação dos professores dessa disciplina, para assim atuar

com maior capacidade e responsabilidade no desenvolvimento da aprendizagem de seus alunos.

2 Educação inclusiva em geografia: alguns aspectos teóricos

A pesquisa em questão trata do ensino de Geografia e Educação Inclusiva, colocando em evidência a fragilidade na formação dos professores no que diz respeito à docência para crianças e jovens deficientes, o que implica também na aprendizagem e desenvolvimento escolar dos alunos. Observa-se que, recentemente, essa temática tem merecido atenção de diferentes estudiosos, em razão dos movimentos sociais reivindicando igualdade de direito ao acesso à escola.

De acordo com Lima (2006, 2006, p. 28) apud Santos; Nunes, na década de 1960 ainda existia segregação e diferenciação no trato com o deficiente e estes ainda não eram atendidos em escolas regulares, ou seja, o atendimento ainda era discriminatório:

O objeto de análise fixava apenas no indivíduo, enquanto as instituições responsáveis pelo tratamento ficavam relegadas a um segundo plano, pois não conseguiam fazer com que o deficiente aprendesse nada mais além de simples movimentos motores, mecânicos e repetitivos.

Nesse sentido, segundo Chaves (2010, p. 21), quando ocorre a universalização da educação e o acesso à escola para todas as pessoas, inclusive para os deficientes que outrora eram excluídos deste ambiente, estes passam a frequentá-lo da mesma forma que os demais:

[...] dentre os direitos garantidos à população, a Constituição Federal brasileira proclama que a educação é um direito de todos. Entretanto, apesar da proclamação do princípio constitucional brasileiro de “Educação para Todos”, o que se percebe é uma lenta e gradual caminhada em busca de uma real democratização da escolarização.

Diante desta questão, nós percebemos que na área de estudo desta pesquisa, a Escola Estadual Tarcísio Maia, os direitos à educação, são assegurados para a população da região que a escola abrange, de modo que os devidos alunos estejam regularmente matriculados no ensino regular.

Contudo, conforme Mantoan (2007, p. 25), “toda escola, assim reconhecida pelos órgãos oficiais como tal, deve atender aos princípios constitucionais, não podendo excluir nenhuma pessoa em razão de sua origem, raça, sexo”. Com isso, pode-se entender que toda escola que é reconhecida pelos órgãos oficiais como tal, deve seguir estas normas e garantir o direito a educação a todos os cidadãos, independentemente de qualquer condição do indivíduo.

Relacionado a isto, vale ressaltar que de acordo com Fávero (2007, p. 45):

A maioria das escolas ainda está longe de se tornar inclusiva. O que existe em geral são escolas que desenvolvem projetos de inclusão parcial, os quais estão associados a mudanças de base nestas instituições e continuam a atender aos alunos com deficiência em espaços escolares semi ou totalmente segregados (classes especiais, escolas especiais).

Esta forma de ensino segregado foi constatada na escola, área de pesquisa, durante muito tempo, quando se iniciou a proposta inclusiva na escola, pois os alunos portadores de necessidades especiais ficavam em turmas separadas dos demais alunos. E somente quando as leis relativas à educação especial mudaram, é que os próprios alunos deficientes passaram a frequentar as turmas comuns de ensino, porém aconteceu que estes alunos não se adaptaram às turmas comuns e acabaram se evadindo.

Em relação a isto, observamos que a Escola Estadual Tarcísio Maia, objeto de estudo desta pesquisa, dispõe atualmente do atendimento educacional especializado (AEE), de forma quase similar ao que existe na constituição, de modo que este atendimento não pode ou substitui o ensino regular, assim como prevê a mesma. Uma vez que serviços são feitos em horários diferentes do ensino comum, devido principalmente a este fator. Porém, percebemos nitidamente também que a aprendizagem dos alunos portadores de necessidades especiais se desenvolve mais quando estes têm acesso ao atendimento educacional especializado na sala multifuncional, sala equipada de materiais paradidáticos, máquinas e livros adaptados computadores, e outros, uma vez que nesta existe maior apoio através das tecnologias assistivas, e recursos didáticos pedagógicos, dentre outros, já na sala de aula não. Cabendo aqui citar que embora seja assegurado o direito à educação, esta ainda não se constitui de boa qualidade.

De acordo com Mantoan (2007, p. 45) que também nos fala sobre essa questão inclusiva na escola, quando nos aponta que: “a inclusão é um desafio que, ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, provoca a melhoria da qualidade da educação básica e superior”. Sendo assim, reconhecemos que a inclusão é verdadeiramente um desafio, e para a Escola Estadual Tarcísio Maia tem sido, pois embora já tenha certo apoio Estadual, pois já dispõe de tecnologias assistivas, adaptações de livros paradidáticos, entre outros, ela passa por uma dificuldade principal, o que diz respeito à aprendizagem dos alunos. E isso é um dos pontos cruciais da educação inclusiva, fazer com que todos aprendam. Porém a escola não tem condições de fazer acontecer isso, uma vez que seus professores ainda não têm capacitação e/ ou formação na educação inclusiva e isto recai exatamente sobre a aprendizagem dos alunos que têm necessidades diferenciadas e os professores não sabem ensiná-los.

Vemos então que diante deste desafio torna-se necessário e urgente uma reforma na estrutura pedagógica da escola, para que assim se obtenha inovação e aprimoramento de suas práticas as quais atendam realmente as diferenças em geral sejam elas de aprendizagem ou alguma deficiência específica, entre outras, e que a partir disto haja a percepção de como a diferença vem sendo enfrentada em sala de aula, e, portanto no currículo, de uma forma geral para que assim ocorra a aprendizagem de todos os alunos sem qualquer tipo de exclusão.

Por conseguinte, sabe-se que a educação inclusiva comporta esses e outros problemas, porém, não impossibilitando a inclusão do indivíduo na escola, assim como coloca Prado (2006, p. 42), ao afirmar que “independente dos desafios, buscas, retrocessos que a nova situação comporta, a inclusão deve configurar-se como uma possibilidade concreta na vida destes indivíduos”.

Castellar (2007, p. 86), nos faz algumas considerações a respeito de Vygotsky apontando que: “[...] para iniciar o processo de formação de conceitos, é necessário confrontar o estudante com algum problema possível de ser resolvido com a aquisição de novos conceitos [...]”. Relacionado a esta questão, o ensino de Geografia na Escola Estadual Tarcísio Maia, para ensinar os seus conceitos-chaves que são: lugar, território, paisagem, espaço e região, devem correlacioná-los e associá-los com a vida cotidiana dos alunos, com o seu conhecimento prévio, com os conteúdos estudados, tentando

problematizá-los, de forma a adquirir maneiras de resolvê-los. Com isso, a aprendizagem se torna mais apreensível, e mais significativa quando associadas às realidades dos alunos. Dentro desse contexto, aponta CALLAI (1999, p. 16):

[...] torna-se necessário analisarmos a formação do Geógrafo diante da realidade da educação brasileira, que está constantemente passando por mudanças, com propostas advindas do Ministério da Educação e do Desporto (MEC) a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Lei nº 9.394/96) e também por professores e escolas que estão procurando tornar o ensino mais significativo.

Mediante isto, ao analisarmos o ensino de Geografia na Escola Estadual Tarcísio Maia, constatamos que esta escola, mesmo garantindo o direito à educação para todas as pessoas, os professores desta disciplina estão desprovidos de formação, preparação no tocante aos processos e mudanças pelos quais passam a educação. Pois nela não existem muitas condições de se trabalhar com a nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) que propõe o trabalho com a educação inclusiva, apenas alguns recursos, e estes estão disponíveis na sala multifuncional ao invés de estar para o professor em sala de aula. Segundo Lana Cavalcanti (2007, p. 67):

O entendimento da escola como lugar de culturas implica que o conteúdo das diferentes matérias escolares e os procedimentos por elas adotados levam em conta a cultura dos agentes, a cultura escolar, o saber sistematizado... Mas especialmente quero destacar aqui a necessidade de se pensar o ensino e a mediação pedagógica tendo como parâmetros a cultura dos alunos e de cada aluno em particular, contemplando a sua diversidade.

Já para Freire (1996), que faz uma abordagem relacionada à questão dos saberes que são necessários a prática educativa, aonde o mesmo vem incentivar os educadores em geral a refletirem sobre seu fazer pedagógico de forma a torna-lo melhor. Como vemos em: “A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode vir virando blábláblá e a prática ativismo”.

Com isso, conforme nos demonstra MORIN (2006), “[...] no sistema educacional ainda há as tradicionais estruturas curriculares e suas divisões em áreas ou disciplinas, e isso tem promovido à fragmentação do conhecimento” [...]. Essa estrutura curricular acarreta para o alunado uma grande perda na aprendizagem, pois o conhecimento é apenas reproduzido, e muitas vezes este deixa de ser construído e praticado nas escolas. Desta forma, notamos que isto ainda acontece de forma nítida na escola em estudo, pois mediante observações realizadas, constatamos o acontecimento e aprofundamento desta questão, a qual é praticada de forma corriqueira durante as aulas de Geografia.

Além disso, afirma a lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – 1996 no (Art. 58 e seguintes) contido no capítulo IV do livro de Fávero, 2007, que entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”.

Percebemos também que após a LDBEN segue uma nova legislação que é a convenção interamericana para eliminação de todas as formas de discriminação contra a pessoa portadora de deficiência, a qual foi realizada em Guatemala, onde o Brasil assinou o documento aprovado pelo Congresso Nacional por meio do decreto legislativo nº 198, de

13 de junho de 2001, e promulgado pelo decreto nº 3.956, de 8 de outubro do mesmo ano da Presidência da República. Com isto, notamos que este fato exige maior interpretação da LDBEN, ou seja, uma reinterpretação desta, porque como vemos, para Fávero (2007, p. 29). “[...] quando aplicada em desconformidade com a constituição, pode admitir diferenciações com base em deficiência, que implicam em restrições ao direito de acesso de um aluno com deficiência ao mesmo ambiente que os demais colegas sem deficiência”.

Por isso, conforme nos coloca Paula (2007, p. 06) a lei já está garantida, portanto o desafio é lutar para essa não ficar somente no papel:

A ideia de uma sociedade inclusiva nasceu da união de forças de pessoas, no mundo todo. Na área da atenção às pessoas com deficiência, elas próprias, seus amigos e familiares tiveram um papel fundamental, organizando grupos para cobrar da sociedade a garantia de seus direitos.

É de grande importância enfatizar também neste trabalho a declaração de Salamanca Conferência mundial sobre necessidades educativas especiais que reuniu noventa e dois países e vinte e cinco organizações internacionais em Salamanca, Espanha de 07 a 10 de junho, 1994, a qual torna a educação inclusiva mais uma conquista de cidadania passando esta declaração, a dar seguimento às leis posteriores, como por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. De acordo com Santos, Nunes, (2009, p.07):

[...] a reafirmação do compromisso a favor da Educação para todos, fazendo-se reconhecer a necessidade e urgência de se garantir a educação para crianças, jovem e adulta com necessidades educativas especiais no quadro de sistema regular da educação, de modo que os governos e as organizações sejam guiados pelo espírito de suas propostas e recomendações.

Esta conferência é uma das conquistas alcançadas pelos portadores de deficiência, a qual garante a todos o direito à educação de qualidade.

E para a implementação desses tipos de conquistas, acreditamos que a Escola Estadual Tarcísio Maia, embora já possua, deve buscar mais ainda agregar nela, a TA (tecnologia assistiva), incluindo-a com maior força dentro da sala de aula em conformidade com a autora afirma abaixo, o que não acontece, pois de acordo com BERSCH (2007 p. 31) em seu artigo, nos diz que tecnologia assistiva:

É conhecer e criar novas alternativas para a comunicação, escrita, mobilidade, leitura, brincadeiras, artes, utilização de materiais escolares e pedagógicos, exploração de temas através do computador, etc. É envolver o aluno ativamente, desafiando-se a experimentar e conhecer, permitindo que construa individual e coletivamente novos conhecimentos. É retirar do aluno o papel de espectador e atribuir-lhe a função de ator.

Por conseguinte, ao nos depararmos com a educação inclusiva da Escola Estadual Tarcísio Maia, a nossa pesquisa traz uma reflexão do que compõe esta educação existente na mesma. Tais como os materiais paradidáticos, tecnologias assistivas, e a formação dos profissionais que compõem a sala multifuncional, assim como a acessibilidade na estrutura

da escola. E nos faz pensar se realmente existem possibilidades de um ensino de Geografia de qualidade para essas crianças e jovens.

3 Metodologia da pesquisa

Para a realização deste trabalho, fez-se necessário a adoção de procedimentos metodológicos para desenvolvimento da pesquisa tais como: levantamento bibliográfico e documental; entrevista aos docentes de Geografia responsáveis por turmas com alunos com deficiências, os especialistas em atendimento educacional especializado; entrevista com os professores de Geografia da instituição e diagnóstico da estrutura física da instituição de ensino, considerada área de estudo da pesquisa.

O primeiro deles diz respeito ao embasamento teórico do estudo em questão, através do qual se percebe que as escolas em geral devem seguir as normas já previstas na lei e garantir o direito de todos à educação, como menciona Mantoan (2007). Já o segundo faz-se o levantamento dos dados, os quais se constituem em uma visão dos professores especialistas em educação inclusiva, com relação ao ensino inclusivo da escola, quais as suas metodologias, formação, e atitudes a este respeito; já o terceiro nos faz menção a respeito das atitudes, recursos, sentimentos e trabalho dos professores voltado para Educação Inclusiva na Escola Estadual Tarcísio Maia localizada na cidade de Pau dos Ferros-RN. E por último procura-se mostrar a questão estrutural da escola em estudo, se ela está adaptada fisicamente em termos de acessibilidade e bem estar físico para todos os alunos da mesma.

4 A problemática do ensino de Geografia e a inclusão na E. E. Tarcísio Maia

São nítidas as diversas lutas sociais, que contribuíram para a inclusão dos portadores de necessidades especiais tais como a declaração de Salamanca, a Convenção de Guatemala, Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação dezembro de 1996, dentre outros. Com isto, vale destacar que das várias pessoas que possuem deficiência já adquiriram seus direitos de acessibilidade, emprego, educação e respeito diante da sociedade atual.

Contudo, é válido ressaltar ao que é tocante à educação, que mesmo com toda essa conquista, é notória a precariedade do ensino, e de como é enfrentada a questão na escola acima elencada. Isso, de alguma forma, se deve a falta de formação acadêmica e preparação em cursos dos educadores da disciplina de Geografia, para atender aos seus educandos com deficiência ou sem deficiência com maior qualidade na instituição Estadual Tarcísio Maia.

Referindo-se à educação inclusiva em Geografia na Escola Estadual Tarcísio Maia, aplicamos alguns questionários voltados à equipe da coordenação pedagógica da mesma, no intuito de sabermos quantos alunos deficientes havia na escola, quando e como se deu a proposta da educação inclusiva, se há estrutura física adaptada aos portadores de deficiência, dentre outros, que nos respondeu o seguinte: A referida escola foi precursora no trabalho com educação inclusiva, pois a mesma atua com este paradigma inclusivo há mais de quarenta anos. E nenhuma outra escola, na época em que adotou tal modelo de educação, ou visava trabalhar com tal paradigma na cidade. Esta proposta se iniciou na escola Estadual Tarcísio Maia a partir da própria necessidade dos alunos matriculados, os quais em sua época a escola chegou a ter em sala de aula, dezesseis alunos cegos. Daí o interesse da instituição em atender seu alunado, mesmo que de forma precária. E até hoje ela trabalha nesta perspectiva inclusiva. Onde a partir da década de 90 com o surgimento das leis em educação inclusiva é que a escola

passa a receber recursos para a formação de sala multifuncional, ou seja, salas equipadas de materiais paradidáticos, máquinas e livros adaptados computadores, assim como também impressoras em BRAILLE, jogos educativos para alfabetização e outros e de formação de professores.

Contudo, segundo o departamento, o qual, nos demonstra mais o lado teórico do projeto, falam que as atividades realizadas são diversificadas de acordo com as necessidades dos alunos, como leituras de imagens, atividades em braile, com materiais concretos e outros. Onde se vê que a aprendizagem dos outros alunos que não possuem deficiência não é prejudicada pela modalidade de ensino, mas favorece a socialização dos saberes, a solidariedade e o respeito às diferenças, constituindo-se como o compromisso educativo da escola em estudo. Todavia, deve-se destacar que nas observações realizadas em sala de aula, aquilo que o departamento pedagógico relata é puramente teórico, enquanto que o que é vivido pelos alunos é outra realidade totalmente diferente do exposto acima. Pois é claramente visível que no ensino de Geografia não há, de certa forma, a inclusão dos alunos que possuem deficiência ao restante da turma. Uma vez que os professores destas disciplinas não são preparados para ensinar com a inclusão destes indivíduos.

É válido ressaltar que na época, com apoio do Estado, a escola Estadual Tarcísio Maia, foi aos poucos se desenvolvendo, em turmas separadas, até mesmo a matrícula era feita desta forma. Alunos considerados sem deficiência eram isolados dos alunos com deficiência na própria escola. Mas é interessante também perceber que a escola neste momento, manteve uma equipe bem estruturada e organizada, com psicólogos, psicopedagogos, professores formados no Atendimento Educacional Especializado para cada deficiência, ou seja, tinha um professor especialista em portadores de necessidades especiais com deficiência visual, para deficiente auditivo e assim por diante; havia o especialista em BRAILLE, em LIBRAS; dentre outros.

Outro ponto levantado diz respeito ao questionário aplicado aos professores da sala multifuncional da Escola Estadual Tarcísio Maia, os quais nos relatam que por questões estruturais, recentemente, há aproximadamente quatro meses, o Estado com a finalidade de investir em outras escolas, fragmentou esta equipe para dar subsídios básicos da educação inclusiva a estas, implantando nelas salas multifuncionais.

Com isso a escola Estadual Tarcísio Maia teve uma perda significativa e qualitativa no seu quadro de profissionais. Desta forma, restaram na escola apenas dois profissionais, uma psicopedagoga e uma professora especialista em atendimento educacional especializado, para atender todos os alunos matriculados, que podem ser de qualquer cidade da região, desde que esteja devidamente matriculado no ensino comum.

De acordo com o questionário que os direcionamos, esteve relacionado ao entendimento sobre educação inclusiva, de como funciona o atendimento educacional especializado (AEE), dentre outros, e elas nos responderam o seguinte: Para uma, o atendimento educacional especializado é como um serviço da educação especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos de acordo com suas necessidades especiais. Enquanto que a outra diz que diante da situação da escola se resume na dificuldade de cada aluno. Elas nos falam que esta modalidade da educação é obrigatória nos sistemas de ensino embora a participação do AEE seja uma decisão do aluno ou de seus pais/ responsáveis. O atendimento educacional especializado (AEE) se dá de forma a abranger toda região do Alto Oeste Potiguar, desde que o aluno esteja regularmente matriculado no ensino regular e na cidade de origem não tenha tal atendimento.

Podemos perceber (**Quadro 01**) os tipos de deficiências existentes na escola e sua divisão por atendimento em turnos.

Alunos com necessidades especiais	Turno Matutino	Turno Vespertino
Deficiente Visual	03 alunos	01 aluno
Deficiência em aprendizagem	03 alunos	06 alunos
Deficiência na dicção	02 alunos	02 alunos
Deficiência Auditiva	04 alunos	02 alunos
Síndrome de Down	01 aluno	00 alunos
Deficiência Mental	02 alunos	00 alunos
Deficiência Múltipla	02 alunos	01 aluno

Quadro 01: Alunos que possuem deficiências na Escola Estadual Tarcísio Maia.
Fonte: pesquisa realizada na Escola Estadual Tarcísio Maia, 2012.

Diante da análise deste quadro, verificamos que na instituição acima citada há no total, quatro alunos que possuem deficiência visual, nove alunos com deficiência em aprendizagem, quatro com problemas na dicção, seis deficientes auditivos, apenas um aluno portador de Síndrome de Down, dois com deficiência mental, e por último, três alunos portadores de deficiência múltipla. O atendimento educacional especializado é feito para todas estas crianças que são atendidas em horário diferente do ensino comum e individualmente.

Neste contexto, os professores de Geografia que não contemplam a equipe multifuncional, também responderam aos nossos questionamentos, e falam que não se sentem preparados para trabalhar com a educação inclusiva, eles demonstram que são totalmente desprovidos de materiais, de formação na área inclusiva e preparação para atuar com a diversidade da sala de aula, por isso argumentam não ter condições de trabalhar com as turmas as quais são numerosas e ao mesmo tempo complicadas para poder desenvolver um ensino de Geografia melhor. Isso nos propicia uma reflexão a respeito dos problemas pelos quais transita o ensino em Geografia. Assim, podemos perceber nitidamente através das palavras que diz um deles: “Ora, enquanto o professor lá da sala multifuncional, (sala projetada e equipada com quase todos os materiais paradidáticos para o ensino de pessoas portadoras de necessidades especiais) está lá, na sala multifuncional, com vários recursos didáticos para ensinar, na sala de aula eu só tenho o pincel e o livro didático e a boca para falar”. Já a outra nos fala: “Diante desses alunos sinto-me muito insegura, pois não sei se realmente eles estão aprendendo, porque não tenho formação, cursos na área da inclusão, já o projeto da escola é totalmente fora da realidade da escola, o que se chama de inclusão, na verdade parece mais exclusão”. Eles falam que entendem o que seja a educação inclusiva, porém advertem as dificuldades, barreiras pelas quais passam e a realidade que enfrentam, portanto alertam que esta educação também entenda o professor diante desta problemática.

Com isso para colhermos melhor os dados das aulas foram observadas algumas delas, e constatou-se que as práticas de ensino em Geografia ainda são bastante tradicionais, mecanizadas, fragmentadas, desinteressantes e monótonas. Já o relacionamento professor-aluno que é portador de necessidades especiais se dá de forma a um compreender o outro, bem amigável e de forma solidária. A avaliação dos professores da Geografia é feita de maneira igualitária para todos os alunos, sendo que ela é adaptada para os alunos que possuem deficiência na sala de recursos multifuncional para estes se desenvolverem da melhor maneira possível. Nisto os professores deixam patente a sua grande dificuldade de ensinar na diversidade da sala de aula.

Mediante esta perspectiva de ensino, percebemos que isto implica diretamente na aprendizagem dos alunos da escola, pois havendo aulas mecanizadas e desinteressantes não há

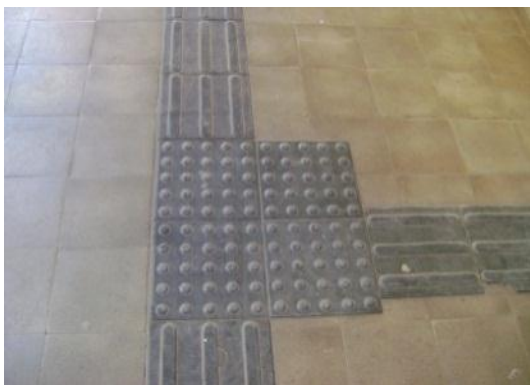
como se aprender, pois o aluno diante de um professor que não sabe desafiar através de sua criatividade, com novas alternativas de ensino que chame a atenção e fixe bem o conteúdo estudado, não haverá aprendizagem, apenas e prescrições de conteúdos. Desta forma, o estudante se desestimula, perde a noção do que venha ser estudar, acarretando diversas consequências para a sua vida e também para escola, a qual pode ficar com muitos alunos evadidos, e sem qualificação educacional.

É relevante também elencar neste estudo que conforme Fávero (2007, p. 29), as disciplinas contidas na AEE são: Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); interpretação de LIBRAS; ensino de língua portuguesa para surdos; código braile; orientação e modalidade; utilização do soroban; as ajudas técnicas, incluindo informática adaptada; mobilidade e comunicação alternativa; tecnologias assistivas; informática educativa; educação física adaptada; enriquecimento e aprofundamento do repertório de conhecimentos; atividades da vida autônoma e social; entre outros. Então diante da realidade que passa a escola, as professoras dizem não existir mais estas disciplinas, pois elas ensinam tudo o que o aluno sente necessidade de aprender, o que se insere a todas as outras disciplinas do currículo do ensino regular. Porém sabe-se que tal atendimento não substitui o ensino comum, nem se caracteriza como espaço de reforço escolar ou complementos de atividades. Contudo, vale ressaltar que antigamente tal atendimento não estava nesse ensino, hoje ele se encontra e em todas as modalidades de ensino para suprir as necessidades de acesso ao conhecimento e garantir a participação dos alunos com deficiência e dos demais que são público alvo desta educação.

Conforme podemos verificar (**Figura 01**), é bastante perceptível na escola a questão da acessibilidade proporcionada a esta pequena parcela da escola, e hoje ela já é realidade nesta, pois as portas foram alargadas, existem passarelas antiderrapantes, rampas, sinalização, banheiros acessíveis dentre outros.

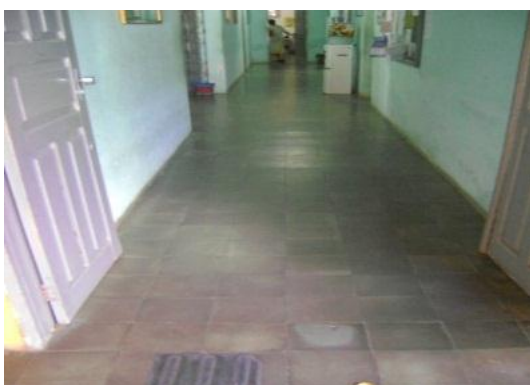


Figuras 01 e 02: Rampa de acesso à E.E. Tarcísio Maia e indicação para os banheiros.
Fonte: Adriana Feitosa, Agosto de 2012.



Figuras 03 e 04: Placas de piso tátil de alerta e piso tátil direcional.

Fonte: Adriana Feitosa, Agosto de 2012.



Figuras 05 e 06: Caminho à sala multifuncional e rampa para acesso à quadra de esportes.

Fonte: Adriana Feitosa, Agosto de 2012.

Sobre a acessibilidade, podemos perceber (**Figuras 01 e 02**) uma rampa que dá acesso à entrada da escola e a indicação dos banheiros, com a cor vermelha e o desenho de uma menina para o sexo feminino, e o de cor azul com o desenho de um menino para o sexo masculino. Quanto à acessibilidade que é dada aos portadores de deficiência (**Figuras 03 e 04**), podemos ver que onde está o quadrado do meio são placas de piso tátil de alerta para percorrer o caminho da galeria até chegar à última sala da escola, e funciona como aviso prévio para algum obstáculo que possa vir a causar transtorno ou obstáculo para o aluno, enquanto ao outro piso tátil direcional tem o objetivo de guiar o aluno até o local desejado. A implantação destas placas na Escola Estadual Tarcísio Maia, vem facilitar aos usuários com baixa visão deficiência visão. Verificamos o acesso à sala multifuncional (**Figura 05**) e percebemos que o caminho até a sala não possui a adaptação para os portadores de deficiência, e talvez isto ainda ocorra por questão estrutural da escola, pois esta sala recentemente foi transferida para este local; e também verificamos (**Figura 06**) uma rampa que facilita o acesso a quadra de esportes pelos alunos portadores de necessidades especiais.

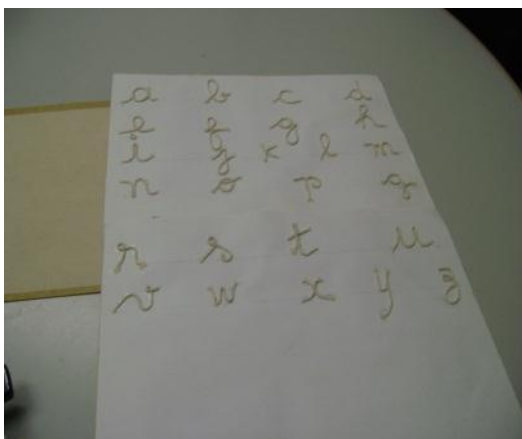
Como podemos perceber nas figuras 2 e 3, a escola dispõe de jogos pedagógicos, lupa manual, mapas em alto relevo, computadores e impressora em braile e outros recursos simples e de baixo custo que são confeccionados pelas profissionais que trabalham na sala de recursos multifuncional de acordo com as necessidades dos professores sejam funcionais ou de qualquer outro tipo para atender aos seus alunos.



Figuras 07 e 08: Computador e mapas em alto relevo.
Fonte: Adriana Feitosa, Agosto de 2012.



Figuras 09 e 10: Lupa e globo.
Fonte: Adriana Feitosa, Agosto de 2012.



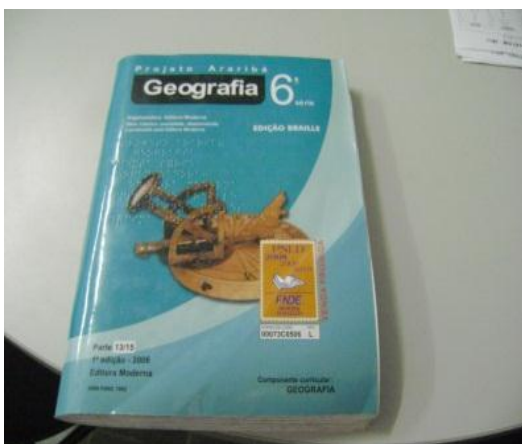
Figuras 11 e 12: recursos confeccionados em alto relevo e uma reglete.
Fonte: Adriana Feitosa, Agosto de 2012.

Referente às adaptações voltadas para os portadores de deficiência física, devido as suas limitações de mobilidade e comunicação passam a utilizar mais o computador para assim ter acesso aos lugares e aos conhecimentos de seu próprio interesse. Os computadores são usados geralmente para atividades educacionais, de trabalho, ou lazer envolvendo o uso da internet, jogos, email, dentre outros; e podemos ver também alguns recursos pedagógicos confeccionados pelos professores especializados em educação inclusiva da sala multifuncional, se constituindo em dois mapas construídos em alto relevo para os portadores

de deficiência visual, o que está à direita, dizem respeito ao mapa regional com as cinco regiões do nosso país, já o que se encontra à esquerda nos mostra o mapa de Pau dos Ferros. (Figuras 07 e 08).

Podemos conferir uma lupa (Figura 09) que servem para ampliar o tamanho das fontes para a leitura, as dimensões de mapas, gráficos, diagramas e outros, para facilitar a leitura dos alunos que possuem deficiência de baixa visão e uma calculadora para uso matemático; e também observamos (Figura 10) que há um globo para utilização e exploração dos conhecimentos geográficos. Verificamos também na escola (Figuras 11 e 12) os recursos confeccionados em alto relevo e utilizados pelas professoras especializadas em educação inclusiva, para facilitar a aprendizagem dos alunos portadores de deficiência visual, e uma reglete, ou seja, régua de madeira, metal ou plástico com um conjunto de celas Braille dispostas em linhas horizontais sobre uma mesa plana, juntamente com o punção que é um instrumento em madeira ou plástico no formato de pêssego ou anatômico, com ponta metálica, utilizado para perfuração dos pontos na cela braille, estes objetos são utilizados para a escrita em braille pelos alunos portadores de deficiência visual.

Com isso vemos nas fotos abaixo outros exemplos de recursos e serviços, dos quais, uns são confeccionados pelas professoras especializadas em educação inclusiva e outros são advindos dos recursos escolares. Valendo ressaltar que são utilizados na sala multifuncional, mas podem ser também usados pelo professor da sala comum. Porém, isso é um entrave para o professor do ensino comum, pois ele não faz uso destes recursos por não saber usá-los nem lidar com estes.



Figuras 13 e 14: livro da disciplina de Geografia adaptado em braille e máquinas de escrever adaptadas para escrita em braille.
Fonte: Adriana Feitosa, Agosto de 2012.



Figuras 15 e 16: Máquina de escrever adaptada para escrita em braile e relógio adaptado em braile
Fonte: Adriana Feitosa, Agosto de 2012.



Figuras 17 e 18: Cadeira de rodas e símbolos em libras
Fonte: Adriana Feitosa, Agosto de 2012.

Podemos conferir (**Figura 13**) um livro da disciplina de Geografia adaptado em braile para uso dos alunos portadores de deficiência visual, ele é ilustrado completamente em braile, com mapas, imagens e legendas, para alunos com limitações visuais; e máquinas de escrever (**Figuras 14 e 15**) que possuem apenas seis teclas básicas que correspondem aos pontos da tecla em braile. O uso desta máquina se constitui em um mecanismo mais rápido e prático tanto para os alunos como para professores em seu trabalho, para fazer a escrita em relevo.

Verificamos também um relógio adaptado em braile (**Figura 16**) que serve como um recurso didático utilizado para estimular a organização espacial, temporal, dos alunos sendo um instrumento importante para a socialização de informações dos alunos. Encontramos também na escola uma cadeira de rodas que possibilita ao deficiente físico sua locomoção no exercício de suas atividades, dentro da Escola Estadual Tarcísio Maia e percebemos também a imagem dos símbolos em libras que facilitam a leitura dos alunos com deficiência na audição; e também detectamos alguns jogos educativos que são utilizados em sala de aula para que o aluno consiga participar com autonomia, estando voltados para estimular o desenvolvimento dos alunos também a aprendizagem dos mesmos (**Figuras 17 e 18**).

Estes recursos contidos e disponíveis na escola estudada são de importante valia para os professores de Geografia, pois eles servem como ferramentas imprescindíveis para um ensino de maior e melhor qualidade. Como exemplo disso, podemos citar o livro de Geografia que é adaptado em braile para os alunos com necessidades visuais, e de baixa visão, o qual vem facilitar e eliminar barreiras para sua aprendizagem fazendo com que estes possam ler e analisar o conteúdo geográfico. Estes e outros recursos são instrumentos que podem ser utilizados nas aulas de Geografia para um melhor aproveitamento do aluno em sua aprendizagem, e também pelo professor para que possa ensinar cada vez melhor em suas práticas pedagógicas. É relevante citar que ele, também deve aproveitar o que o aluno portador de deficiência tem para contribuir em sua aprendizagem, tipo um portador de deficiência visual que ainda ver pelo canto do olho, mesmo que pouco, mas que pode ser aproveitado em suas atividades e aprendizagem do mesmo.

Quanto aos jogos educativos, a escola dispõe para as todas as disciplinas, com isso se o professor de Geografia ao usar sua criatividade e função social, ele poderá construir o conhecimento junto com seus alunos outros mapas que classifique as regiões, cidades, rios,

entre outros, por exemplo, como um jogo de quebra cabeça, e tentar incluir alunos deficientes com os outros que não possuem, construindo conhecimentos juntos.

5 Considerações finais

Portanto, diante da análise feita neste artigo, podemos compreender que a educação inclusiva na Escola Estadual Tarcísio Maia, embora tenha sido a pioneira em educação inclusiva na cidade de Pau dos Ferros- RN, ela ainda percorre o caminho a passos lentos e dificultosos para assim se tornar realmente inclusiva. Contudo, é notável que se falássemos em educação inclusiva há trinta anos, seria uma ilusão. Enquanto que hoje, ela já é praticada, de alguma forma por algumas escolas, inclusive na instituição que neste artigo foi analisada, ainda que de forma latente.

Embora tenhamos citado que a iniciativa da Escola Estadual Tarcísio Maia foi de grande relevância para a comunidade que ela atende, pois de certa forma, ela garantiu o direito das pessoas deficientes, e mesmo dispondo de recursos didáticos pedagógicos e tecnologia assistiva, ela ainda atravessa muitas dificuldades, principalmente no que se refere ao ensino de Geografia, pois embora haja nesta escola, uma sala multifuncional com diversos recursos voltados para o ensino, poucos são voltados para o ensino de Geografia, e mesmo assim os professores desta disciplina não usam destes poucos recursos por não saberem como usá-los e adequá-los em sala de aula.

Contudo, é válido destacar que a situação vivida pela escola ainda é bastante crítica, e que ela deve se mobilizar para esta questão, da qual se revide a formação contínua, qualificação profissional e a preparação em cursos voltados para inclusão, concedendo maiores condições de trabalho para o professor de Geografia. Havendo isto, as condições de aprendizagem dos alunos serão bem maiores e mais significativas.

Desta forma propomos que a escola e a comunidade venham agregar cada vez mais a sociedade na iniciativa da inclusão, criando uma corrente que busque os outros segmentos da educação, exemplo, instituições como a UERN (Universidade Estadual do Rio Grande do Norte) que juntamente com o DAIN (Departamento de Apoio à Inclusão), que vem implementar nos últimos anos a promoção da educação inclusiva, tendo como finalidade viabilizar a promoção da educação inclusiva aos acadêmicos com necessidades especiais e aos demais segmentos da comunidade universitária; oferece formação e qualificação aos profissionais nessa área e contribui com a construção de uma sociedade mais justa, democrática, e plural.

Por conseguinte, não adianta ter apenas ferramentas para trabalhar, é necessário que haja uma relação dos profissionais da sala multifuncional com os professores de geografia do ensino regular. Que eles sejam qualificados para trabalhar com todo e qualquer tipo de aluno portador de necessidades especiais ou não. Que reflitam a suas práticas pedagógicas, função social e obtenha maiores habilidades para trabalhar mais positivamente de forma intrínseca com a Geografia inclusiva.

6 Referências

BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/legis/pdf/LDB.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

BERSCH, R. **Tecnologia Assistiva- TA**. In Schirmer, Carolina R. São Paulo: MEC/ SEESP, 2007. p. 31

CALLAI, H. **A formação do profissional de Geografia**. Injuí. RS. Ed. Unijuí. 1999.

CASTELLAR, S. (org). **Educação geográfica: teorias e práticas docentes**. 2º. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

CHAVES, A. P. N. **Ensino de Geografia e a cegueira: diagnóstico da inclusão escolar na Grande Florianópolis**, 30 de março, 2010. Disponível em: repositório. UFSC. br/xmlui/bitstream/handle/. Acesso em 15 jan. 2012

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: ACESSO E QUALIDADE SALAMANCA, 1994, Salamanca, Espanha, Disponível em: < http://www.redeinclusão.web.ua.pt/files/fl_9.pdf>. Acesso em: 15 Jan. 2012.

FÁVERO, E. A. G. **Educação Especial: tratamento diferenciado que leva à inclusão ou à exclusão dos direitos?** São Paulo: MEC/ SEESP, 2007.

_____. **Aspectos Legais e orientações pedagógicas**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MANTOAN, M. T. E. **Educação Inclusiva: orientações Pedagógicas**. São Paulo: MEC/ SEESP, 2007.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez. – UNESCO, 2006.

PAULA, A. R. **A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

SANTOS, J. R.; NUNES, F. G. **O aluno com deficiência auditiva nas aulas de geografia: alguns elementos para a reflexão sobre a inclusão**. 10º Encontro Nacional de prática e ensino em Geografia, de 30 de agosto a 02 de setembro, 2009, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <[www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT3/tc3%20\(44\).pdf](http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT3/tc3%20(44).pdf)> . Acesso em: 15 Jan. 2012.